

Lideranças aceitam regionalizar produção na TV

Acordo deverá garantir a reivindicação dos artistas e também ampla liberdade de comunicação.

A obrigatoriedade da regionalização da produção cultural, artística, jornalística e publicitária a ser veiculada pelas emissoras de rádio e televisão ficou praticamente garantida na reunião de lideranças que tentou fechar o acordo sobre o capítulo da Comunicação. Esta é a principal reivindicação dos artistas que vieram a Brasília acompanhar as negociações sobre o capítulo. Através deste dispositivo, eles pretendem o fortalecimento da produção independente fora do eixo Rio-São Paulo e a conseqüente ampliação do mercado de trabalho a nível nacional.

A discussão sobre o capítulo da Comunicação, que havia avançado um pouco na semana passada, voltou ontem à estaca zero.

Depois de encontros durante o dia inteiro, as lideranças só haviam fechado, no início da noite, o texto do primeiro artigo do título, sobre a censura. O texto acordado sobre censura assegura ampla liberdade aos meios de comunicação, garantida a pluralidade de informação e opinião, mas prevê a criação de instrumentos de defesa da pessoa, família, comunidade e instituições contra ofensa aos seus valores éticos e culturais.

Esta redação não agradou inteiramente à esquerda, que pretende voltar à questão logo que todo o capítulo esteja acertado. "Como está, o texto abre uma porta para amarrar-se instalar algum tipo de censura em rádio e televisão", acredita o deputado José

Genoino (PT-SP). A redação sugerida pelos representantes dos artistas e jornalistas prevê a criação de instrumentos de defesa contra ofensa caluniosa à pessoa, família, comunidade ou instituições.

O artigo fechado sobre a censura remete para a lei federal a competência para regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público a tarefa de informar sobre a natureza dos mesmos e os níveis de faixas etárias, locais e horários inadequados para sua apresentação.

O texto também proíbe qualquer restrição, pelo Poder Público, a qualquer título, da livre manifestação do pensamento, da criação e expressão pela arte. Além disso, ele ressalta que lei alguma pode-

rá colocar embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social.

O quórum mínimo para a aprovação e revisão das concessões de canais de rádio e televisão proposto pelo Centrão é maioria absoluta, e a esquerda luta pela maioria simples. Em relação à composição do Conselho Nacional de Comunicação, órgão auxiliar do Congresso na revisão e autorização das concessões, o Centrão pretende que ele seja formado por membros indicados pelos partidos, proporcionalmente às suas bancadas no Congresso. A esquerda quer que o Conselho Nacional de Comunicação tenha representação obrigatória e majoritária da comunidade.